

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo Class.: 06

Data: 22/10/78 Pg.: 06

- CEDI -
Sucursal SP - Av. Higienópolis, 983 - 01234

Índios atacam geólogos em Rondônia

Em Rondônia, uma turma de pesquisadores da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM) foi apedrejada por índios ainda não contactados à altura do quilômetro 87 da Rodovia RO-2, que ligará futuramente Costa Marques a Presidente Médici, informou o engenheiro florestal Ben-Hur Borges, que está trabalhando na área, recentemente assolada por surto malárico.

Segundo o titular da Delegacia da FUNAI de Porto Velho, Délcio Vieira, o órgão ainda não havia recebido qualquer comunicação a respeito. Quanto a identidade dos nativos, declarou tratar-se possivelmente dos Uru-Eu-Uau-Uau, que estariam se afastando das cabeceiras dos rios Cautário e Paakas-Nova.

O trecho em que os índios foram vistos é de difícil acesso, entre os 100 quilômetros de picadas abertas em plena mata da futura RO-2. A estrada tem 33 quilômetros concluídos e desmatados apenas 87. De acordo ainda com o engenheiro florestal, cujas informações foram obtidas junto a um mateiro, os índios ainda desconhecidos estariam fugindo de seringueiros que trabalham nas cabeceiras do rio Cautário.

Quase dois anos depois de o ministro Rangel Reis ter falado pela primeira vez em rápida integração dos índios, julgando medievais os antropólogos e missionários que rejeitaram a idéia, reúne-se pela última vez, esta semana, o grupo que está discutindo o projeto de decreto de emancipação indígena, que será encaminhado dia 30 ao presidente Geisel.

O resultado dos avanços e recuos sucessivos no encaminhamento da questão se traduziu em dois pontos fundamentais: o abandono da fórmula inicial prevista, de projeto de lei, que permitia o debate pelo legislativo, e a ampliação do decreto para incluir comissões de reformulação da execução da política indigenista e, possivelmente, de revisão do próprio Estatuto do Índio.

Tem causado estranheza a insistência com que o Ministério do Interior mantém a ideia de regulamentar a emancipação. A primeira manifestação do Ministro Rangel Reis sobre rápida integração indígena, em dezembro de 1976, evoluiu para a defesa da emancipação propriamente dita em outubro de 77, durante a CPI do Índio. Apesar das manifestações contrárias à ideia que surgiram, no princípio deste ano anunciou-se a elaboração, a portas fe-

chadas, de um projeto de lei sobre o assunto.

Novas manifestações contrárias, incluindo uma nota do Conselho Indigenista Missionário, em fevereiro, não impediram elaboração de uma minuta do projeto, divulgada em junho. A partir daí o antropólogo Roberto Cardoso elaborou um substitutivo. O CIMI e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência protestaram contra a minuta, em julho. Finalmente na reunião geral de antropólogos convocada pela FUNAI em setembro, Roberto Cardoso retirou sua proposta e foi aprovado um documento de rejeição unânime à regulamentação da emancipação, que destacava como prioritárias a demarcação de terras indígenas e o aperfeiçoamento da tutela.

Apesar de tudo, este mês começou a reunir-se um grupo restrito para discutir não mais a elaboração de um projeto-de-lei, mas um projeto de decreto que afasta a discussão pelo Legislativo e anula as possibilidades de os antropólogos fazerem pressão sobre o Congresso visando a impedir sua aprovação. A nova discussão está tendo o maior grau de sigilo: as cópias da minuta do projeto em discussão foram numeradas, e houve recomendação expressa para que nenhuma

informação transpirasse, sob pena de punição.

De toda movimentação, o que se comenta, nos bastidores, é que o interesse pela emancipação indígena é uma preocupação da cúpula do governo. Os contrários à ideia acrescentam que tal preocupação se deve a um interesse pela liberação das terras dos índios, motivado por pressões econômicas. Para os que condenam a emancipação, essa tese se comprova pelo fato de estar prevista uma comissão de revisão do Estatuto do Índio (ainda não foi decidido se a proposta será incluída no decreto ou apresentada separadamente).

Para eles, uma revisão no estatuto é desnecessária e será prejudicial ao índio. Além disso, a presença do Conselho de Segurança Nacional nesta comissão está sendo interpretada como uma forma de fazer com que a política indigenista seja subordinada diretamente a cúpula do governo, principalmente no que se refere as terras indígenas, uma vez que a questão de terras está vinculada ao Conselho de Segurança Nacional. Neste ponto, temem que os interesses econômicos nas áreas indígenas encontrem abrigo governamental, e se intensifique a posição de que o índio é um obstáculo ao progresso.